

Incrá assentará 100 mil na Amazônia

■ Raul Jungmann anuncia plano para ocupar em dez anos reservas extrativistas abandonadas na região

Gilberto Alves — 21/5/96

ELIANA LUCENA

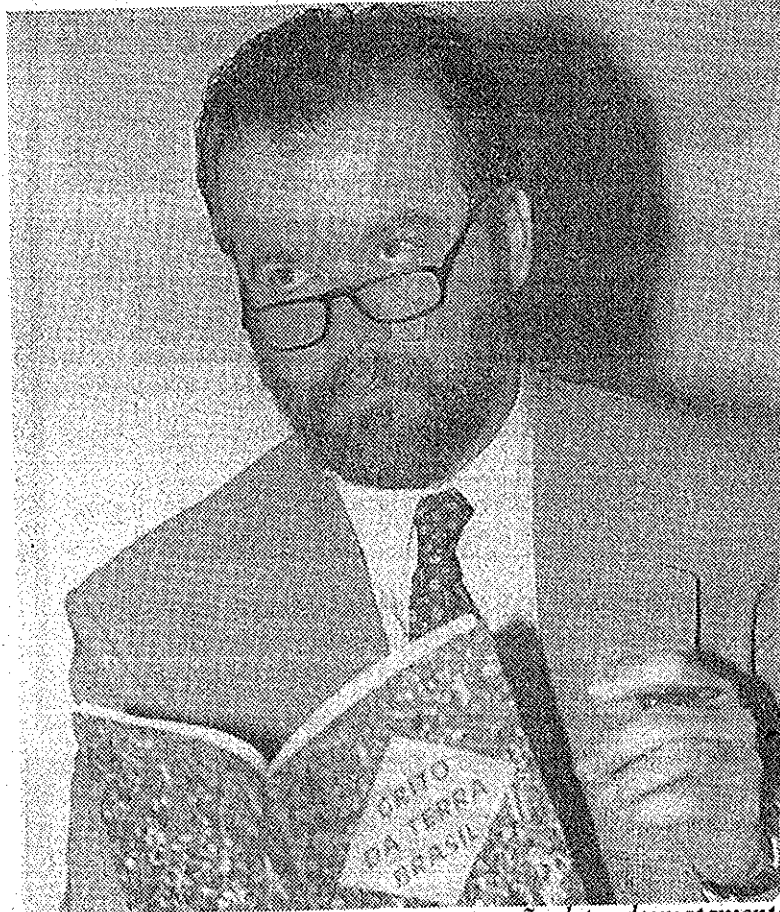
BRASÍLIA — O Ministério da Reforma Agrária quer assentar 100 mil famílias em reservas extrativistas na Amazônia, dentro de um projeto de médio prazo, em dez anos, que será incluído no Plano Estratégico de Reforma Agrária. Ao anunciar ontem as novas diretrizes, o ministro Raul Jungmann afirmou que o objetivo é apoiar os 11 projetos extrativistas já implantados, que estão praticamente abandonados, e atrair as populações que viviam do extrativismo e foram expulsas para as periferias das capitais e cidades de médio porte da Região Norte.

O projeto do governo foi recebido com desconfiança pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). "As reservas extrativistas são importantes, mas não podem ser vistas como a grande solução para a Amazônia. O governo precisa desapropriar latifúndios improdutivos nas áreas de conflito", disse o secretário-executivo da

CPT, Irió Luis Conti. Para Gilberto Oliveira, um dos coordenadores nacionais do MST, o objetivo do governo é desviar as atenções do programa de desapropriações.

Segundo o ministro Raul Jungmann, o projeto, que será agora submetido à área econômica do governo, contribuirá para deter o desmatamento na Amazônia, assentando famílias que irão atuar como agentes ambientais. O projeto, que está sendo montado junto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), organizações não-governamentais e universidades, prevê assentamentos em áreas de florestas nacionais e terras do Incra, como as que foram doadas pelo Exército.

"A maior parte dos 6 milhões de hectares doados pelo Exército na Amazônia não se presta a assentamentos tradicionais", afirmou o coordenador do Programa Estratégico de Reforma Agrária, Aécio Gomes de Mattos. Nas reservas extrativistas estão previstos projetos de desenvolvimento sustentado que envolvem piscicultura e extração



Jungmann acredita que os assentamentos vão deter desmatamentos

controlada de madeira, babaçu, castanha e seringa, entre outras atividades.

"A determinação do governo em restringir a 20% as áreas de desmatamento em glebas adquiridas na Amazônia vai estimular inclusive a iniciativa privada a voltar-se para projetos extrativistas", previu Aécio.

Jungmann ressaltou que os gastos com estes assentamentos deverão ser bem menores do que os de projetos tradicionais, que custam cerca de R\$ 3 mil por família. Esse aspecto, no entanto, preocupa a CPT. "Para que as reservas atendam às famílias é necessário dar infra-estrutura e apoio, senão vai repetir-se a situação de abandono que hoje vemos nas reservas já implantadas", afirmou Irió Conti.

Com o projeto, o Incra acredita que poderá recuperar atividades, como a extração da seringa. Na década de 80 a Amazônia chegou a produzir 40 mil toneladas por ano do produto. Hoje, a produção está reduzida a 10 mil toneladas.

COLETA DE DOCUMENTAÇÃO

Class. 73

Data 27/9/96 p. 5

U.B.

Documentação